

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Curso de Pós-graduação

Disciplina - **O mercado e o Estado na Organização da Produção**

Professor responsável - **Csaba Deák**

Monografia - **Acumulação Entravada na Amazônia, o caso do Acre**

Aluno - **Simone Alvarenga Martinoli**

Disciplina AUP – 840 - 2º Semestre – 1998

Créditos: 2-4-3 (15 semanas)

Período: 24/08/98 a 14/12/98

São Paulo, 05 de janeiro de 1999.

ÍNDICE GERAL

- 1. Introdução**
- 2. A inserção da região amazônica no mercado internacional (fim séc. XVIII até 1820)**
- 3. Substituição do cacau pela borracha (1820 a 1850)**
- 4. A ascensão da produção e a ocupação da região (1850 a 1900)**
- 5. A crise com a Bolívia (1899 a 1903)**
- 6. As crises econômicas (1900 a 1910)**
- 7. O fim da borracha como base da economia regional (1910 a 1945)**
- 8. Desenvolvimento sem base econômica (depois de 1945)**
- 9. Bibliografia**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo a análise do processo de formação e consolidação do estado do Acre vinculado ao processo da produção econômica da região amazônica durante o mesmo período.

O material está organizado em ordem cronológica, sendo o primeiro tópico aquele que trata o surgimento da produção amazônica nas relações do Brasil colônia com o mercado internacional. Em meados do séc. XVIII, o principal produto explorado da região era o cacau, que tinha grande aceitação no mercado internacional.

O segundo tópico discorre do ponto anterior até o ano de 1850, período em que a exploração do cacau foi substituída pela exploração da borracha. Nessa fase a demanda internacional de caia drasticamente enquanto a demanda de borracha crescia na mesma proporção. Novas técnicas foram descobertas e muitas indústrias surgiram nos Estados Unidos e Europa. Nesse período a região passou pelo processo de substituição da matéria-prima explorada, a mão-de-obra se deslocou para a nova atividade e as grandes cidades tiveram seus bancos e casas de importação e exportação estruturados para a nova atividade.

O momento seguinte, trata a ocupação e desenvolvimento da região amazônica a partir do crescimento da demanda da borracha, que incentivava incursões de migrantes nordestinos rios adentro à procura de novas áreas para exploração do látex. Nessa fase, que vai até o final do séc. XIX, a região do atual estado do Acre é ocupada. Sua floresta, rica em árvores seringueiras, chegou a suprir em 1900, 25% da incessante demanda mundial de borracha.

O quarto tema trata brevemente o evento que definiu a posse territorial da região do Acre. Num tratado com a Bolívia o governo brasileiro aceita o pagamento de indenizações para garantir que essa região se tornasse território brasileiro.

A primeira década do século XX é o tema do quinto tópico. Nesse período o consumo internacional de borracha passa por algumas oscilações que afetaram a estabilidade da região. Surgem os primeiros fluxos migratórios para os povoados e vilas do Acre e surgem também as primeiras intervenções do governo federal no sentido de estruturar as vilas e povoados.

O tema seguinte trata o fim da economia da borracha, causada pela inserção da borracha de cultivo da Ásia no mercado internacional. A base da região entra num longo processo de decadência, alterado somente durante a Segunda Guerra. Nesse período o Estado se consolida e orienta o processo de desenvolvimento da região.

O último tema trata o processo de desenvolvimento que a região sofre a partir do fim da produção de borracha como base econômica de sustentação. Esse período é marcado pelo desenvolvimento sem base econômica, induzido e suportado pelo Estado. O Estado se forma e se estrutura a partir do declínio de sua maior atividade econômica, que não foi substituída, a não ser pelo próprio Estado que se estrutura.

A INSERÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA NO MERCADO INTERNACIONAL (fim séc. XVIII até 1820)

A região amazônica é inserida na rota de interesse do mercado internacional como fornecedora de matéria prima, no final do séc. XVIII. Até esse período a região não tinha muita expressão no conjunto do império português, o comércio de mercadorias era escasso e com pouca regularidade, o porto de Belém recebia apenas dois ou três navios por ano e o custo do frete chegava a ser o triplo do que se pagava em Recife ou Salvador.

Com a intensificação do consumo de cacau em meados desse século, especialmente impulsionado pelo mercado europeu e norte americano, a produção de cacau da Amazônia atrai para a região os olhos da coroa portuguesa. A exploração colonial, sem muita expressão até aquele momento, se concentra na extração do produto ⁽¹⁾.

O transporte marítimo da região ganha maior regularidade e a rota Belém – Lisboa é consolidada. O cacau se transforma no principal produto da região, em 1740 esse produto representa 90% das exportações regionais ⁽²⁾. Além da produção de cacau, explorado de maneira extrativista, a região produzia apenas alguns gêneros para subsistência, basicamente o arroz, café e algodão. A força de trabalho era na sua maioria, indígena com alguma presença do escravo africano e praticamente concentrada na extração do cacau.

Essa condição de fornecedor de uma única matéria-prima, coloca a região numa situação de absoluta dependência dos movimentos do mercado externo com suas oscilações de cotação do produto na Europa e das políticas adotadas pela coroa portuguesa. Essas oscilações alimentam a re-imposição contínua da extração do excedente contra a tendência de ampliação da reprodução local.

Depois de algumas fases de ascensão e queda do preço do cacau no mercado internacional, acontece o período de 1813 – 1818, quando o declínio do preço do cacau em Amsterdã marca o fim dessa fase econômica da região, levando o sistema amazônico quase à prostração, impedida pelo surgimento do interesse internacional pela borracha.

SUBSTITUIÇÃO DO CACAU PELA BORRACHA (1820 a 1850)

Na década de 20 do século XIX surgem novas possibilidades de utilização da borracha pela indústria, que já existia na Europa desde o começo desse século. A primeira implantada foi em 1803, em Paris, e a segunda em Viena, em 1811, ambas produziam ligaduras elásticas para suspensórios e ligas, mas é a partir da década de 20 que essas novas técnicas possibilitam a sua utilização em diversos produtos.

1. Os conceitos de exploração colonial, expatriação do excedente e reprodução local usados nesse texto são baseados no texto de DEÁK, Csaba, *Acumulação entravada no Brasil e a crise do anos 80*, III ENA – ANPUR Águas de São Pedro, Faculdade Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1989, 11 pág..

2. SANTOS, Roberto. *Uma História Econômica da Amazônia*. T. 1. Curitiba: Faperj, 1995. 283 pág. 100 e 101.

As indústrias se expandem pela Europa e EUA em 1820 fabricantes de sapatos de Boston recobriam sapatos com borracha para impermeabiliza-los; em 1823 Macintosh cria a técnica de dissolução em nafta de carvão e funda uma fábrica de tecidos à prova d'água na Escócia; finalmente em 1839 Goodyear cria a técnica da vulcanização, uso do enxofre e calor, que resolvem os problemas das alterações sofridas pelo material causadas pelo frio, calor, óleos ou solventes comuns. Com o desenvolvimento das suas possibilidades de aplicação a demanda aumenta fortemente:

QUANTIDADE DE BORRACHA EXPORTADA, 1825 - 1860

ANO	QUANTIDADE
1825	93 ton.
1830	156 ton.
1834-35	175 ton.
1839-40	418 ton.
1844-45	367 ton.
1849-50	879 ton.
1854-55	2.868 ton.
1859-60	2.531 ton.

*Fonte: SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônia, A Fase de Expansão, QUADRO III –1, op. cit., p. 52.

O maior consumidor da borracha da região era a Inglaterra, que em 1830 consumiu 23ton. e em 1855 chegou a 1.818 ton., o que significava mais de 60% da produção regional.

Nesse período a região amazônica passa por uma readequação de sua produção. A força de trabalho antes concentrada na produção de cacau, agora se transfere para a extração do látex, novas áreas no interior da floresta são ocupadas, surgem as casas comerciais de borracha nas cidades de Belém e Manaus e movimentos migratórios do nordeste engrossam a mão-de-obra extratora da borracha.

É interessante notar que a substituição da matéria-prima explorada não alterou a estrutura econômica da região. A exploração de seu principal produto continua sendo feito de maneira extrativista, a força de trabalho continua concentrada na extração de um único produto, a produção de outros gêneros ou a agricultura para subsistência continua muito pequena, e consequentemente, a economia continua dependente das políticas internacionais de preços.

Já no contexto nacional, a independência trouxe o que Csaba Deák chama de “substituição da exploração colonial pela expatriação do excedente. O que era determinado de *fora* passa a ser determinado de *dentro*. O que era colônia passa a ser nação-estado, ainda que de “Terceiro Mundo”, ou dependente” e também sua citação de Emília Viotti, “... Independente de Portugal, o país passou à tutela britânica.” (3). A condição da região amazônica não difere da dependência externa do país identificada por esses autores.

A ASCENSÃO DA PRODUÇÃO E A OCUPAÇÃO DA REGIÃO (1850 a 1900)

O crescente interesse do mercado internacional força o crescimento da produção de borracha. Em 1853 o governo brasileiro convida Mauá a lançar a navegação a vapor nos rios em regime de monopólio. A atividade tinha alta rentabilidade, a receita total da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas triplicou em quatro anos ⁽⁴⁾. A frota de navios que em 1853 era em número de três, em 1872 chegava a vinte.

Movimentos migratórios foram incentivados, a região do nordeste brasileiro era a maior fornecedora de mão-de-obra para a extração do látex, especialmente depois da seca de 1850. Na medida em que os migrantes se instalam em novas áreas ao longo dos rios, o interior da região é ocupado. Nesse período as regiões dos rios Madeira, Purus e Acre, região do atual Estado do Acre, rica em espécies de seringueiras, árvore que produz o látex, são alcançadas e ocupadas. Segundo Roberto Santos, a migração de brasileiros para a região amazônica no período de 1872 a 1900 foi de 160.125 pessoas.

Também os interesses internacionais na região e não apenas na borracha ficaram evidentes nesse período. A Inglaterra, Estados Unidos e França forçam o governo brasileiro para obtenção do direito de livre navegação nos rios amazônicos. E finalmente conseguem em 1874, quando Mauá transfere sua concessão à Amazon Steam, companhia de capital inglês, que passou a operar os navios a vapor da região. Antes, em 1872, os ingleses haviam começado a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré região que hoje faz a divisa dos Estados de Acre e Rondônia, levando para a região um número considerável de estrangeiros.

A produção de borracha continua seu processo de ascensão, em 1870 a produção era de 5.602 ton., em 1880 era de 8.679 ton., em 1890 chega a 15.355 ton. e em 1900 a produção amazônica de borracha chega a 23.650 ton. A renda per capita na região em 1870 era de U\$ 175, contra U\$ 29 em 1820 ⁽⁵⁾. Por outro lado, a produção de gêneros alimentícios declinou drasticamente. A navegação à vapor introduziu novos costumes de consumo e a importação desses gêneros crescia na medida em que a produção de arroz, cacau, café e algodão declinavam.

Apesar dos lucros gerados por esse sistema, o dinheiro só se concentrava em algumas poucas mãos, na maioria das vezes estrangeiras. As pequenas propriedades e pequena produção foram praticamente abandonadas para dar lugar à produção de borracha. Diante da situação desenhada, a citação de Florestan Fernandes é bastante precisa "... o neocolonialismo foi uma fonte de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial" ⁽⁶⁾.

4. SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônia, op. cit., p.55.

5. SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônia, op. cit., p.66.

6 FERNANDES, Florestan (1972), Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, Zahar, São Paulo, 1981, p.16.

Até a década de 70 desse século, as casas de exportação, importação e bancos de Manaus e Belém eram de capital inglês e americano, na sua maioria. Com o crescimento da produção, a necessidade de percorrer maiores distâncias e financiar seringalistas (donos dos seringais), fazia aumentar os riscos dessas atividades. Nesse momento os portugueses passam a ocupar a função de importadores. Assim, os ingleses e americanos operavam os bancos e casas de exportação e os portugueses se concentravam nas atividades de comércio das mercadorias importadas e financiamento dos seringalistas. Interessante lembrar a citação de Nícea Vilela Luz de que “entre 1899 e 1910, para 160 sociedades anônimas estrangeiras autorizadas a funcionar no país, constituíram-se apenas 41 companhias brasileiras” (7).

O aviamento surge dessa relação entre os portugueses e seringalistas. Um regime de crédito informal já existia na região desde os tempos da colônia, mas é a partir do interesse internacional na obtenção da borracha que surge o incentivo, através de créditos e facilidades na importação de bens, aos seringalistas que se estruturassem para a ampliação e organização da produção da borracha. O tamanho da oferta do produto era definido pela mão-de-obra e pela terra disponível, e nesse caso, havia muito a se expandir.

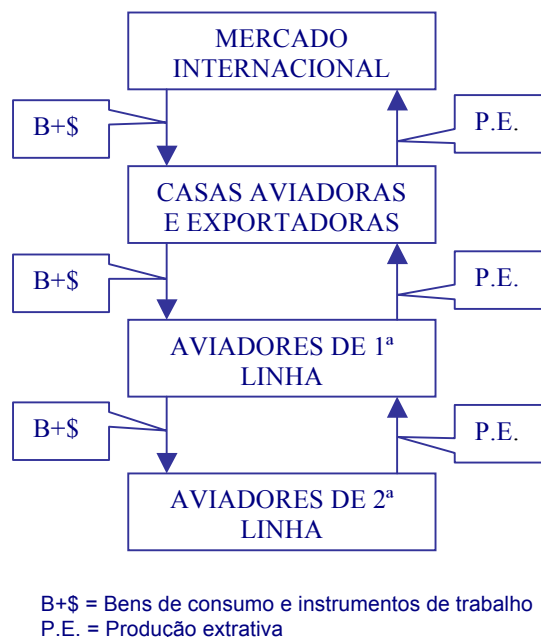
Diante desse processo de expansão, a definição de espaço de Csaba Deák citada por Klára Kaiser Mori situa a questão “... a cultura extensiva é determinada pelas técnicas utilizadas, onde o aumento da produtividade significa efetivamente a incorporação de mais braços e maior extensão territorial, e a mobilidade no território, agora tomado como um todo, decorre das contingências do mercado de consumo, obrigando à renovação e relocação das áreas produtivas de acordo com as possibilidades de comercialização...” (8). E também sua colocação de que no estágio da acumulação extensiva a expansão da forma-mercadoria procede relativamente desimpedida, predominantemente mediante a extensão da produção de mercadorias as custas de formas não capitalistas de produção... impera a primazia da expatriação do excedente sobre a acumulação no mercado interno” (9).

Nesse sistema, o seringalista financiado pelo comerciante português arregimentava os trabalhadores, patrocinava suas viagens de mudança, financiava a aquisição de material de trabalho e gêneros para subsistência que seriam pagos em borracha, na medida de sua produção, acrescidos de “juros extras”, na expressão local. O comerciante português, por sua vez, também receberia do seringalista em espécie e acrescido de juros. No cume da cadeia estavam as casas exportadoras, conforme quadro ilustrativo:

7. LUZ, Nícea Vilela (1961), A luta pela industrialização do Brasil, Alfa-omega, São Paulo, p.81.

8. MORI, Klára Kaiser (1989), Notas sobre a formação do espaço brasileiro, Espaço & Debates 25, 95.

9. DEÁK, Csaba, Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80, op. cit., p. 7.



*Fonte: SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônia, A Fase de Expansão, QUADRO III –1, op. cit., p. 161.

Na medida em que novas áreas, cada vez mais distantes de Belém e Manaus foram ocupadas, alguns seringalistas passaram a exercer também o papel de aviador, ou seja daquele que concede crédito a outros seringalistas. Mas esse sistema criou também um regime de endividamento do seringueiro quase intransponível. Os migrantes nordestinos que chegavam à região contrariam dívidas e comprometiam seus ganhos antes mesmo de lá chegarem. O preparo de sua viagem, dos equipamentos de trabalho e alimentos que lhe eram adiantados na forma de dos produtos, deveriam ser pagos na forma de borracha produzida. Na medida que sua produção de borracha pagava parte das dívidas, novas dívidas eram contraídas, resultado da compra de gêneros para sua sobrevivência. Assim, essa dívida dificilmente era encerrada e existem registros de compra de seringueiros pelo valor de suas dívidas.

Euclides da Cunha descreve assim a situação: “... o homem, ao penetrar as duas portas que o levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. É que, realmente, nas paragens exuberantes das *heveas* e *castilloas*, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo. De feito, o seringueiro ... realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (10).

Sistema de aviamento à parte, a produção da região continua em franca ascensão, quando em 1892 a demanda sofre novo aumento com a adaptação do pneu de borracha aplicada por Peugeot em seus coches. O consumo internacional sofre novo impulso. Em 1899 a região do Acre produz 25% do consumo mundial de borracha.

A CRISE COM A BOLÍVIA (1899 a 1903)

No final do século XIX, uma crise com a Bolívia, gerada por conflitos na ocupação territorial da atual região acreana, vem à tona. Essa região era território boliviano desde 1867, data da assinatura do Tratado de Ayacucho, porém a ocupação efetiva da região era basicamente de brasileiros, migrantes nordestinos que a ocuparam a partir da década de 50. Essa população lutava por sua anexação ao Brasil, o que gerou a crise entre os dois países.

Impossibilitado de ocupar a região, o governo boliviano começa, em 1901, negociações com o Bolivian Syndicate, companhia de capital americano que num contrato de arrendamento da área teria como responsabilidade a fiscalização e administração, podendo manter polícia, exército e esquadra. Surgiram insurreições na região e o governo brasileiro foi forçado a intervir. As negociações foram concluídas em 1903, quando o governo brasileiro assume o pagamento de indenização à Bolívia e ao Bolivian Syndicate, essa última somava 550.000 dólares da época e também a continuação da estrada de ferro Madeira-Mamoré. O Acre passa então a ser território brasileiro.

A compra do território do Acre faz lembrar a colocação de Csaba Deák sobre o processo de independência do Brasil, que só é reconhecido após assumida uma “dívida externa que seria um dos principais meios de transformar...a remessa de uma parcela de seu excedente produzido para fora do país...” (11). A região do Acre, a mais rica em seringueiras na Amazônia, é comprada pelo governo brasileiro, mas com a condição de pagamento de indenização, que garantiria a remessa do excedente da produção de borracha para fora do país.

AS CRISES ECONÔMICAS (1900 a 1910)

No mesmo período da crise com a Bolívia, a região sofreu os impactos provocados pela crise nos países capitalistas (1899 – 1902), que levou o Banco de Nova York a suspender seus pagamentos, levando várias indústrias à falência; a Alemanha também passava por sua “crise elétrica” gerada pela escassez de cobre; consequentemente as variações do preço da borracha no mercado internacional se fizeram sentir na região. A tonelada da borracha passou de U\$1.276,90 em 1900 para U\$1.090,60 em 1902 (12). No Brasil, o governo Campos Sales iniciava “o saneamento do meio circulante pelo resgate do papel-moeda e por uma política de severa economia” (13).

11. DEÁK, Csaba, *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80*, op. cit., p. 4.

12. SANTOS, Roberto, *História Econômica da Amazônia*, op. cit., p.209.

13. LUZ, Nícea Vilela (1961), *A luta pela industrialização do Brasil*, op. cit., p.123.

Essa crise econômica gerou, nos seringais, um movimento migratório para os povoados, até então, uma reunião de “algumas poucas almas”, na expressão local. Os povoados do território do Acre sentem de forma intensa esse processo. O governo federal inicia uma série de intervenções que orientariam a ocupação e o desenvolvimento dessa região, não mais como uma região parcelada em faixas de terras fornecedoras de matéria-prima, mas com vilas, e serviços públicos. O primeiro passo foi a elevação, em 1904, do seringal Empresa, onde é hoje Rio Branco, à categoria de vila. A região amazônica tinha em 1900, 695.112 habitantes, contra os 200.391 habitantes de 1850.

Uma nova retomada se desenhava, quando nova crise abala a economia em 1907, a crise monetária é seguida por uma drástica redução da atividade industrial nos Estados Unidos, onde várias empresas faliram. Na Inglaterra a produção caiu rapidamente e conflitos sociais agravaram a situação. Também na Alemanha, as exportações diminuíram e as companhias de navegação sofreram grandes déficits. No Brasil, bancos e seguradoras foram liquidados. Na região do Acre, a estrada de Ferro Madeira – Mamoré é concluída em 1907, mas os reflexos da crise mundial geraram novo fluxo migratório para as vilas.

Curiosa coincidência, a empresa que concluiu a estrada de ferro era um grupo americano, que tinha à sua frente, o também americano Percival Farquhar, mesma pessoa que liderava as negociações com o Bolivian Syndicate em 1901, e que também é acusada por alguns autores da região como o responsável por expedições de pesquisa pelo interior da floresta amazônica e pelo furto, envio e plantio da muda da seringueira brasileira na Ásia. Ele também é citado por Nícea Vilela Luz, como parte de um grupo americano que contra ele ergueu-se “uma violenta campanha nacionalista pela imprensa”, era “...pela audácia e pela amplitude dos planos de Farquhar” que os brasileiros estavam alarmados, ... preocupando-se com o problema da borracha... (ele) chegou a enviar uma missão ao Oriente...”; “... extensas culturas de borracha entregues a estrangeiros na Amazônia...”⁽¹⁴⁾.

Superada a crise, a indústria norte-americana e européia retomam a produção e apresentam uma grande demanda de borracha. Em 1910 acontece a maior e última alta da história da borracha, o preço de U\$ 1.291,70 a tonelada em 1908, chega a U\$2.267,20 nesse ano. Existem registros de que nesse ano a tonelada foi negociada por até U\$ 7.050,00. Sobre as crises num estágio de acumulação entravada, Csaba Deák coloca que a “acumulação entravada toma o lugar da dialética da forma-mercadoria, e cuja história é a recomposição/reimposição da primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação através de sucessivas crises, ...o que é o mesmo nessas crises é que elas foram sempre resolvidas até hoje a favor da reimposição da primazia da expatriação do excedente sobre a acumulação...”⁽¹⁵⁾. No ano seguinte a borracha da Ásia ganha o mercado internacional.

14. LUZ, Nícea Vilela (1961), A luta pela industrialização do Brasil, op.cit. p 95 –97.

15. DEÁK, Csaba, Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80, op. cit., p. 7 e 9.

O FIM DA BORRACHA COMO BASE DA ECONOMIA REGIONAL (1910 a 1945)

Em 1911 surge no mercado internacional a borracha da Ásia. Produzida com a *hevea brasiliensis* em seringais de cultivo, onde a densidade era de 200 pés/ha, contra 1,5 pés/há da Amazônia e a um custo de 3,48 francos/kg contra 7,50 francos/kg da produção brasileira, a borracha asiática substitui a brasileira no mercado internacional ⁽¹⁶⁾.

A entrada da borracha da Ásia no mercado internacional derruba o preço e a produção do produto na Amazônia. Reagindo à nova crise nos seringais acontece novo movimento migratório para os povoados da região. Em 1912, o povoado do seringal Empresa é elevado à condição de município com o nome de Rio Branco. Nesse momento o governo do território investe na formação de colônias agrícolas e na construção da primeira agência do Correio, da estação de rádio e telegrafia, na primeira usina elétrica, no primeiro hospital de caridade e na abertura de vias. Rio Branco começa a ganhar feições “urbanas”.

O intervalo entre 1910 e a Segunda Guerra Mundial ficou marcado pela decadência da economia da borracha e o crescimento de alguns municípios e vilas do Acre. Em 1920 Rio Branco é escolhida a capital do Acre, sendo o intendente nomeado e facultado o direito à votação dos conselheiros municipais. A produção para abastecimento da região era muito pequena, o governo investe novamente na formação de colônias agrícolas. O movimento migratório para as cidades ou de volta para o nordeste continua grande e esvaziava os seringais. As importações que em 1910 atingiam 97.087 contos de réis, chegaram em 1918 ao valor de 35.207 contos de réis. O quadro abaixo mostra os movimentos de crescimento e declínio da produção da borracha entre 1856 e 1937.

EXPORTAÇÕES DE BORRACHA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: 1856 – 1939
(toneladas)

Anos	Quant.	Anos	Quant.	Anos	Quant.	Anos	Quant.
1856	1.906	1900	23.650	1909	34.700	1918	24.713
1861	2.515	1901	27.940	1910	34.248	1919	33.252
1866	5.434	1902	27.120	1911	33.518	1920	23.586
1871	6.765	1903	29.076	1912	37.178	1921	17.439
1876	7.909	1904	27.086	1913	32.141	1922	19.855
1881	8.506	1905	31.887	1914	29.925	1930	14.138
1886	12.690	1906	31.364	1915	29.772	1935	12.370
1896	19.500	1908	34.270	1917	29.217	-	-

*Fonte: SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônia, A Fase de Expansão, QUADRO VIII –2, op. cit., p. 217.

O quadro foi alterado durante a Segunda Guerra Mundial, quando os seringais da Ásia ficaram sob o domínio dos japoneses e alemães, o que levou os países aliados a recorrerem à borracha amazônica. Nesse momento o Acre volta a ser um grande produtor mundial e diante da nova demanda, novas migrações nordestinas foram incentivadas. A renda per capita que em 1910 era de U\$ 323, chegou a U\$ 68 em 1915, cresce ligeiramente e atinge U\$114 em 1940.

Com o fim da Segunda Guerra, nova queda do preço da borracha derruba a produção nos seringais, a demanda retoma os níveis de 1930. Os seringueiros ficam ociosos e sem outra possibilidade, buscam nas cidades alternativa de sobrevivência. É impressionante notar como os movimentos migratórios formaram o Estado do Acre. Mesmo depois de um período de quase trinta anos de decadência da produção de borracha como atividade econômica e do processo de urbanização impulsionado especialmente pelos migrantes dessa atividade, o leve sinal de retomada econômica ocorrido durante a Segunda Guerra gerou novo movimento migratório do nordeste para os seringais, que seriam, depois de cessada a demanda, abandonados para a busca de sobrevivência na cidade.

A respeito da formação do espaço, Klára Kaiser Mori coloca, "... a incorporação das diversas porções do território se dá não por soma, mas predominantemente através de um processo de rupturas e substituições sucessivas das áreas e dos recursos envolvidos... O custo social deste mecanismo...sempre foi alto, ao romper, ou atrasar, reiteradamente, a estruturação espacial do país, cujo mercado interno se formou quase à revelia do projeto histórico dominante... As acentuadas disparidades regionais...a fragilidade da rede urbana, a macrocefalia urbana, os violentos movimentos de migração interna são apenas alguns indicadores de seus resultados." (17).

DESENVOLVIMENTO SEM BASE ECONÔMICA (depois de 1945)

Em 1950 a população urbana de Rio Branco era de 10.000 habitantes, a rádio começa a trazer notícias do restante do Brasil e tem início as viagens comerciais terrestres. Tentando contornar a demanda de migração para as cidades, o governo cria novos programas para implantação de colônias agrícolas e criação do rebanho local.

Sem qualquer atividade econômica de base, o Estado continua "crescendo". O governo investe na pavimentação de ruas, construção de prédios públicos, construção de escolas e na formação de colônias agrícolas para abastecimento das cidades. A construção em alvenaria é incentivada e utiliza parte da mão-de-obra seringueira. Em 1960 é criada a Faculdade Federal de Direito e em 1962 o Acre é elevado à condição de Estado. Nesse momento Rio Branco tem 18.000 habitantes na zona urbana, mas em sua Zona Ampliada crescem as casas de madeira auto-construídas e cobertas de zinco ou cavaco. Em 1968 é criada a Faculdade de Ciências Econômicas.

No final da década de sessenta o governo militar planeja produzir no Acre e exportar pelo Pacífico. Em 1970, num ímpeto de incentivar a pecuária extensiva, os governos estadual e federal criam incentivos através do II PND, em 1974, o governo federal faz a opção pelo financiamento da ocupação dessa região através dos projetos Naris do Incra que orientaram novas levas de migração para ocupação da região, dessa vez, os migrantes eram do sul e sudeste do Brasil. A transferência de terras foi feita a custos muito baixos, com o valor de 13 kg de carne se comprava um acre de terra, assim eram feitos os cálculos dos "sulistas" que para lá se dirigiam.

O resultado desse programa alguns anos depois foi a formação de grandes latifúndios, desmatamento de grandes áreas de floresta, áreas foram abandonadas ou se tornaram improdutivas por falta de assessoria técnica e surgiram inúmeros conflitos na mata entre seringueiros e “paulistas”, como eram chamados os novos migrantes. Os seringueiros resistiram a métodos violentos de expulsão e conflitos históricos caracterizaram esse projeto.

Durante esse período Rio Branco cresce com muitos bairros na periferia, recebendo os expulsos do campo, pela fome ou pela força dos “paulistas”. Em 1970 a população urbana era de 18.000 habitantes, em 1980 era de 100.000, em 1995 chegava a 165.000 habitantes.

Chico de Oliveira coloca que “o fenômeno da urbanização a partir do centro do capital comercial e das atividades ligadas a ele, ... a cidade surgia como um ponto de ligação com a circulação internacional de mercadorias”⁽¹⁸⁾. No caso do Acre, os pequenos povoados surgem como ponto de ligação com a circulação de mercadorias, já que não era possível atingir todos os seringais com navio à vapor. Já o processo de urbanização percorre outra via, ele acontece durante todo o século XX induzido pela crise na produção econômica regional, baseada no extrativismo. A cidade que aí se forma, surge do fluxo migratório que busca sobreviver à decadência da atividade na floresta e a estruturação dela se dá como sede do aparelho do Estado. A segunda maior cidade acreana é Cruzeiro do Sul, que tinha em 1996, 70.000 habitantes. O restante dos 22 municípios acreanos são na verdade pequenas concentrações com não mais de 15.000 habitantes, tendo um deles, o município de Santa Rosa, 1.200 habitantes.

Nos anos 80 surgem inúmeras ONG's e seus financiamentos internacionais. O governo incentiva as Reservas Extrativistas e faz a demarcação de áreas de seringal e indígenas. Os pólos agro-florestais são uma das soluções encontradas para o assentamento de famílias de seringueiros que viviam na grande periferia de Rio Branco. Em 1990, Rio Branco tem 7% de sua área urbana servida por rede de esgoto. Apesar do crescimento, nenhuma atividade de suporte econômico surgiu. A economia do Estado gira em torno do próprio Estado, o empregador de 53% da mão-de-obra economicamente ativa é o Estado. O setor de serviços emprega 78% da população urbana (19).

O Estado do Acre se estruturou a partir do processo de decadência de sua principal atividade econômica. Se sua base econômica ruía naquele momento, nenhuma outra atividade produtiva a substituiu, quem assumiu a manutenção econômica da região foi o Estado, que se formava naquele processo. Ele assumiu o papel de indutor do desenvolvimento, da ocupação e da produção, de maior empregador e responsável pela circulação do maior volume de dinheiro da região, e estabeleceu uma relação de dependência de todos esses setores e daqueles da iniciativa privada, como comércio e serviços, aos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) feitos pelo governo federal. Hoje, no Acre, são esses repasses e os convênios estatais com o governo federal e ONG's internacionais que mantêm as atividades econômicas do Estado.

18. OLIVEIRA, Francisco (1982), O estado e o urbano no Brasil, Espaço & Debates, p.37

19. BEZERRA, Maria José et al.(1993), Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura, Globo, Rio Branco, p.37.

Csaba Deák coloca que, "... no estágio intensivo, em que a expansão da produção fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade do trabalho, o antagonismo entre mercado e estado atinge novo estágio, porque a intervenção do Estado (planejamento, produção do espaço, etc) se intensifica e a reasserção da primazia forma-mercadoria torna-se cada vez mais problemática..."⁽²⁰⁾.

No caso do Acre, o aumento da produtividade do trabalho ainda é uma questão pouco amadurecida. Talvez existam alguns sinais seus nos pólos-agroflorestais implantados desde 1994 pela Prefeitura de Rio Branco e por algumas ONG's, onde algumas dezenas de famílias foram assentadas em pólos com infra-estrutura comum em áreas de até 5 hectares/família, onde a preocupação com a capacidade de produção do solo, técnicas de plantio, infra-estrutura para beneficiamento e escoamento da produção orientam o projeto. A renda familiar, ou melhor o excedente da produção desse projeto premiado, depois de três anos de assentamento atingiu R\$700,00 e a previsão do excedente em cinco anos de assentamento é de R\$ 1.000,00/família assentada.

A intervenção do Estado é facilmente identificada, mas serão esses projetos capazes de restabelecer a atividade produtiva do Acre? E se os pólos se tornarem a base da economia, que tamanho terá esse Estado, já que eles foram projetados, implantados e acompanhados pelo Estado? Será esse o início da fase intensiva da economia acreana?

20. DEÁK, Csaba, Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80, op. cit., p. 7.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS de CASTRO, Antônio & PIRES de SOUZA, Francisco E (1985), A Economia brasileira em marcha forçada, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- BEZERRA, Maria José et al.(1993), Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo: história, povo e cultura, Globo, Rio Branco.
- CHAUÍ, Marilena (1979), O que é ideologia, Brasiliense, São Paulo.
- CUNHA, Euclides da, (1976). À margem da história, Lello Brasileira, São Paulo.
- DÉAK, Csaba (1990), Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80, Espaço & Debates, 32.
- FERNANDES, Florestan (1972), Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, Zahar, São Paulo, 1981.
- LUZ, Nícea Vilela (1961), A luta pela industrialização do brasil, Alfa-omega, São Paulo.
- MORI, Klára Kaiser (1989b), Notas sobre a formação do espaço brasileiro, Espaço & Debates 25.
- OLIVEIRA, Francisco (1982), O estado e o urbano no Brasil, Espaço & Debates 6:36.
- SANTOS, Roberto (1980), História econômica da Amazônia, T. ^a Queiroz, editor, São Paulo.
- TOCANTINS, Leandro (1979), Formação histórica do Acre, Vol. I e II, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____, (1988), O rio comanda a vida, Record, Rio de Janeiro.